

VAM LEITE DE CASTRO, presidente; professor JORGE ZARUR, secretário-geral, os chefes dos subcomitês.

Art. 9.º — A presidência e secretaria-geral da Comissão Organizadora cabem ao presidente e ao secretário-geral do seu Comitê Executivo.

Art. 10 — O Comitê Executivo distribuirá as suas atividades específicas pelos seguintes subcomitês: a) de Recepção e Protocolo; b) de Expediente e Informações, c) de Publicações e Publicidade; d) de Excursões; e) de Exposição.

Art. 11. — Cada subcomitê terá um chefe escolhido dentre os membros efetivos da Comissão e um secretário executivo, ambos de nomeação do presidente da Comissão Organizadora, que serão auxiliados por elementos a serem para isso convocados pelo presidente desta Comissão, mediante condições a serem combinadas em cada caso

Art. 12 — Os subcomitês serão instalados pelo presidente da Comissão Organizadora, à medida que as respectivas atividades o recomendarem.

Art. 13. — O Comitê Executivo, para melhor atender às necessidades dos serviços, poderá criar novos subcomitês ou alterar a composição dos atuais

Art. 14. — O Corpo Consultivo é formado pelos membros da Comissão que não fizerem parte do Comitê Executivo, cuja colaboração será especificamente solicitada pelo presidente da Comissão, em cada caso

Rio de Janeiro, em 13 de janeiro de 1949, ano XIII do Instituto.

Conferido e numerado Jorge Zarur, Secretário-Assistente do Conselho, visto e rubricado: Christovam Leite de Castro, Secretário-Geral do Conselho; publique-se José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto

Sexto Recenseamento Geral do Brasil

Confirmando a previsão da realização, em 1950, do 6.º recenseamento geral do Brasil, na conformidade da prática internacional e princípio incorporado em nossa legislação, da repetição decenal dos levantamentos censitários gerais, o senhor presidente da República, promulgou, em data de 13 de março do corrente, a lei que substancia as disposições a que obedecerá o grande empreendimento.

Várias características auspiciam para a sexta operação censitária nacional promissores resultados, que correspondam ao grau de importância crescente da estatística nos distintos setores da vida moderna, bem como aos múltiplos problemas relacionados com a atual fase de desenvolvimento do país. Esses fatores podem ser considerados em duas ordens no que diz respeito à organização, aparelhamento e eficiência do sistema de coleta de informações e no que concerne ao aproveitamento das experiências anteriores, principalmente do censo de 1940, que sondou aspectos novos que agora serão aprofundados e desdobrados.

Estabeleceu a mencionada-lei, em princípio, que o recenseamento de 1950 se regulará de acordo com os dispositivos do decreto-lei n.º 969, de 21 de dezembro de 1938, ressalvadas as modificações nela contidas. Quanto à planificação, introduziu algumas providências importantes, como o que transfere ao I B G E por intermédio da Junta Executiva do Conselho Nacional de Estatística, os encargos que a lei anterior atribuía à Comissão Censitária Nacional. Paralelamente atribuiu às comissões censitárias a função de órgãos auxiliares do I B G E nos trabalhos de

propaganda do recenseamento e de preparação da opinião pública. Outro dispositivo prevê ainda a criação, na Secretaria-Geral do I B G E do Serviço Nacional de Recenseamento, em caráter transitório e com a específica atribuição de executar a operação censitária de que se trata. Nesse particular cumpre ainda acentuar que o recenseamento de 1950 se efetuará de concerto com o censo das Américas, a verificar-se no mesmo ano, baseado em normas mínimas fixadas sob os auspícios do Instituto Pan-Americano de Estatística, com a colaboração, na parte do censo agrícola, da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas. A iniciativa, nesse particular, a que aderiu nosso país recebeu os aplausos de inúmeras reuniões de âmbito internacional, inclusive do Conselho Econômico e Social da ONU. Essa circunstância irá conferir aos dados do próximo recenseamento um caráter mais amplo, possibilitando-lhes a aplicação comparativa nas relações interamericanas.

Quanto à capacidade técnica do I B G E e o aparelhamento necessário de que dispõe para encetar tão ingente tarefa, cabe relevar que se encontram sob a direção desse órgão, uma rede de cerca de 1 700 agências de estatística, uma em cada município, organizada segundo a fórmula de colaboração intergovernamental, que congrega o município, o estado e a união. Esses órgãos, em que repousa toda a estrutura do censo, estão dotados de pessoal habilitado e de material padronizado e adequado para levar a efeito, com segurança e precisão, as indagações que se fazem necessárias. Finalmente, no

âmbito regional, conta com os departamentos estaduais de Estatística e, no da administração federal, com as repartições de Estatística dos Ministérios da Justiça, Educação, Fazenda, Agricultura e Trabalho, estas principalmente no que se refere aos trabalhos de planejamento e sistematização dos resultados

Os objetivos do próximo censo também se caracterizam por sua amplitude, pois abrangem quase todos os setores da vida nacional compreendendo secções demográfica, agrícola, industrial, comercial e o censo dos serviços, e mais inquéritos julgados convenientes pelo C.N.E.

I Mesa Redonda da Conservação do Solo

Constituiu acontecimento de marcante importância, a realização, de 20 a 25 de fevereiro do corrente, na capital paulista, da I Mesa Redonda da Conservação dos Solos por iniciativa da Sociedade Rural Brasileira. Proporcionou ela a oportunidade, tão necessária, para que o momentoso assunto da conservação dos solos fosse examinado de maneira objetiva e conjunta, pelos técnicos que, de um ou outro aspecto, encaram o problema, inclusive representantes da administração pública, fundamentalmente interessada em que lhe sejam indicadas soluções adequadas e racionais, que consultem os altos interesses nacionais congregando representantes dos diversos estados e de repartições especializadas, serviu o certame para demonstrar a necessidade de uma série de providências não unilaterais, mas que atendam às diversas faces e implicações do problema, alertando ao mesmo tempo a consciência nacional sobre a necessidade de se pôr em prática processos mais racionais de aproveitamento dos solos agrícolas, a fim de evitar seu rápido depauperamento. O estudo suscitado pelo certame, das causas que concorrem ao esgotamento dos solos, fornece elementos valiosos para uma política eficiente e sugestões úteis, no sentido de se assegurar melhores condições de resistência às nossas áreas de exploração agrícola.

No resumo dos resultados dos trabalhos das diversas comissões técnicas da I Mesa Redonda da Conservação dos Solos, além de sugestivas comunicações e indicações, contam-se numerosas teses, as quais obtiveram pareceres favoráveis e mereceram a aprovação final, exemplificativamente: "Meios para o aumento dos trabalhos de conservação do solo", do senhor JOSÉ PINTO PUPO, da Secretaria de Agricultura de São Paulo; "Plantio de novos cafezais", dos senhores LINEU CÔRTEZ BRILHO e NILTON CHIARI; "Serviço Nacional de Conservação do Solo", de GUIDO RANDO; "Levantamento agro-geológico do estado de São Paulo como medida básica para efetivar o uso racional do solo e a respectiva conservação", por K. YAMAMOTO; "Calagem", por HERCULANO DE GODÓI PASSÓS; "Es-

bôço para a criação do serviço de conservação do solo", por JOÃO ABRAMIDES NETO e LAERTES RAMOS DE MOURA; "Acidez do solo paranaense", da delegação do estado do Paraná; "Os fosfatos e os nossos solos", de ALVARO OLIVEIRA MACHADO; "A conservação da fertilidade como medida básica de defesa da agricultura brasileira", de BERNARD CORÉ; "Plantação de cafézal de contorno", de ADOLFO CABÁLIS; "Fazendas educativas", de RENATO AZZI; "Política conservacionista", de PLÍNIO DE OLIVEIRA ADAFO; "Orientação e instrução dos agricultores a respeito da conservação da fertilidade do solo"; "Conservação do solo e revestimento vegetal", de MOACIR AIRES DE ALENCAR; "Criação de uma secção de combate à erosão no Ministério da Agricultura", de ALTAIR ALVES MARTINS; "Sistematização de um Plano Agrícola", de C. MARQUES FERREIRA; "Irrigação das hortas comerciais", de MILTON ROMERO CHIARI e LINEU CÔRTEZ BRILHO; "Classificação da terra como base da conservação", de JOÃO ABRANTES NETO; "Como fixar o homem à terra, efetivando as práticas de conservação", dos senhores doutor JOÃO PAULO CUBA DE SOUSA e FLÁVIO LIMA RODRIGUES; "Capacidade e uso da terra", de JOÃO ABRAMIDES NETO; "A necessidade do ensino em face da conservação do solo", de LAERTES RAMOS DE MOURA e JOÃO ABRAMIDES NETO; "O teor de cálcio e acidez dos solos do estado do Rio Grande do Sul", doutor W. MÖHR; "Representa grande ameaça ao Brasil a política de valorização da África", do doutor MÁRIO PENTEADO DE F. SILVA; "A reforma agrária na prática", do doutor ANTÔNIO QUEIRÓS DO AMARAL; "Reerguimento da lavoura cafeeira de São Paulo, pelo sombreamento pelo ingazeiro", do doutor ROGÉRIO DE CAMARGO; "Pastoreio rotativo intermitente de Stapledon na conservação do solo", do Departamento da Produção animal; "Financiamento das práticas conservatórias", de GUIDO RANDO; "Cooperativa de Conservação do Solo", de LUÍS DODSWORTH MARTINS e LUÍS AGUIAR COSTA PINTO; "Isenção de impôsto em terras florestais", da delegação do estado do Rio; "Política de conservação do solo", de GUIDO RANDO, NÉLSON CARDOSO e SILVINO ALVARES BATISTA.